

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



A Pretérita Capacidade de Resposta da Divisão Policial Destacada do Seixal a uma Ação de Terror

Dino Gonçalves Duro

III Curso de Comando e Direção Policial

Estudo Empírico

Almada, 11 de julho de 2019



***A Pretérita Capacidade de Resposta da Divisão Policial Destacada
do Seixal a uma Ação de Terror***



RESUMO

O exercício do comando, exige a avaliação contínua dos meios disponíveis e da dinâmica do ambiente.

O texto apresentado, refletiu sobre a capacidade de resposta da Divisão Policial Destacada do Seixal, à possibilidade de ocorrer uma ação de terror, praticada por um agressor ativo nas Festas de Corroios de 2017.

A informação vertida no texto, resultou da aplicação de metodologia descritiva. A atitude holística foi sustentada pelo vivenciado na função de comando, no observado em documentos de natureza confidencial e reservada, na leitura do normativo internacional e nacional, e de autores de diversas áreas do conhecimento.

No decorrer do evento não ocorreram ações de dano no ambiente.

A reflexão realizada, permitiu explicitar a legitimidade da atuação policial, na presença de um agressor ativo, bem como a capacidade de resposta da Divisão Policial Destacada do Seixal, face à possibilidade de materialização de uma ação de terror.

PALAVRAS CHAVE: Ação de Terror; Agressor Ativo; Ambiente.

ABSTRACT

The exercise of the command, requires the continuous evaluation of the available means and the dynamics of the environment.

The text presented, reflected on the response capacity of the Seixal Highlighted Police Division, to the possibility of a terror action, by an aggressor active in the Festas de Corroios in 2017.

The information provided in the text, resulted from the application of descriptive methodology. The holistic attitude was sustained by the experience in the command function, the observation in documents of a confidential and reserved nature, the reading of international and national rule of law, and authors from various areas of knowledge.

During the event there were no environmental damage actions.

The reflection made it possible to explain the legitimacy of the police action, in the presence of an active aggressor, as well as the response capacity of the Police Division of Seixal, given the possibility of materialization of an action of terror.

KEY WORDS: Action of Terror; Active Aggressor; Environment.

(...) Os povos nunca se vêem ao espelho, dizia sempre o pai de Clara, e muito menos com uma guerra à frente do nariz. O advogado era um bom leitor da história e sabia que o futuro se lia nas ruas, nas fábricas e nos quartéis com mais clareza do que na imprensa da manhã. (...)

(ZAFÓN, 2014: 31)

I INTRODUÇÃO

Ao Estado, mesmo de natureza reguladora, como garante de um ideal de Nação e justificativo da sua razão de existir, cumpre providenciar três pilares estruturantes: a saúde, educação e segurança das suas gentes.

No espectro securitário, a Lei de Segurança Interna (LSI), no número 1, do Artigo 1.º, refere que a missão das polícias é *garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.*

Os meios humanos e materiais das instituições policiais, mercê de uma cultura securitária vacilante, não são inesgotáveis e, conseqüentemente, não são os adequados para observar o amplo espectro do plasmado na norma.

A ação interna de segurança materializa-se por intermédio da motivação individual de cada profissional e vontade de fazer mais e melhor com menos recursos. Os conceitos de eficácia e eficiência, sustentados numa lógica económica, mediante uma permanente redefinição de modelos policiais, são o referencial que permite ao agente motriz institucional lidar com a plasticidade do ambiente.

O exercício do comando, exige a avaliação contínua dos meios disponíveis e da dinâmica do ambiente.

Pelo exposto, propomos como tema de Trabalho Individual Final (TIF), a reflexão sobre a capacidade de resposta da Divisão Policial Destacada do Seixal (DPDSxl), a uma ação de dano no ambiente, tendo como paradigma as Festas de Corroios de 2017, assumindo o título:

A Pretérita Capacidade de Resposta da DPDSxl a uma Ação de Terror

1.1 OBJETO

No âmbito do Curso de Comando e Direção Policial (CCDP), é nossa intenção edificar um texto descritivo, tendo como objeto de estudo a capacidade de resposta, no ano de 2017, da DPDSxl, do Comando Distrital de Setúbal (CDStbl), face à possibilidade de ocorrer uma ação de terror, praticada por um agressor ativo, durante um evento de natureza sociocultural, as Festas da Vila de Corroios.

1.2 CONTEXTO

O mote para a elaboração do TIF é-nos dado:

Transversalidade das diversas temáticas transmitidas no III CCDP, no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), as quais, no plano do *saber / saber*, expressam conhecimentos que alteraram paradigmas aquando da nossa licenciatura, obtida entre 2001 e 2006;

O regresso ao capítulo 8, de NYE - *Uma nova ordem mundial?* - e afirmação: *O mundo bipolar acabou, mas não irá ser substituído por um mundo unipolar de hegemonia americana. O mundo é economicamente multipolar e irá assistir-se a uma difusão do poder à medida que o nacionalismo aumentar, a interdependência crescer e os atores transnacionais ganharem importância. O novo mundo não será perfeito, e teremos de o aceitar* (2011: 281);

O exercício de Comando na DPDSxl;

E o risco¹ de dano efetivo sobre as pessoas, pela possibilidade da ocorrência de uma ação de terror.

1.3 OBJETIVOS

Pelo plasmado, são objetivos do TIF refletir sobre:

1. A conjuntura securitária no Verão de 2017;
2. A constituição do dispositivo policial;
3. As orientações dadas ao dispositivo;

¹ No concerne definição de Risco observar literatura em TORRES, FERNANDES e Internacional Organization for Standardization (ISO) 9001:2015 (*Risk-based thinking*).

4. A disposição dos meios humanos;
5. A legitimidade de atuação na presença de um agressor ativo.

1.4 PERTINÊNCIA DO TRABALHO

A Polícia de Segurança Pública (PSP) desenvolve as suas competências securitárias nos espaços urbanos de grande densidade populacional. O ambiente urbano, numa lógica de lucro, proporciona múltiplos eventos de cariz sociocultural, aos quais convergem fluxos de pessoas. A concentração de gentes pode potenciar a ocorrência de uma ação de terror, a qual é necessário sustentar.

A escolha da temática em análise é pertinente por três aspetos. Primeiro, é uma temática atual. Observe-se, entre outros, o atentado ocorrido em 21 de abril 2019, no Sri Lanka². Segundo, até ao momento, não ocorreu no território português, um evento com proporções ou natureza que nos compelsse a (re)pensar a forma de reagir a uma ação de terror em evento público. Terceiro, a atual conjuntura, económica e política, não permite o investimento tecnológico necessário ao modelo policial *Dissuasão*³.

1.5 ESTADO DA ARTE

O Relatório de Segurança Interna (IASI) de 2016 deu a indicação da Criminalidade Geral (CG) e Criminalidade Violenta e Grave (CVG) participadas, comparativamente ao ano de 2015, ter diminuído em 7,1% e 11,6%. No Distrito de Setúbal os valores traduziram-se em - 7% de CG e - 42,3% CVG.

O mesmo documento refere que o fenómeno do Terrorismo, por intermédio do Estado Islâmico (pela capacidade operacional e movimento dos seus operacionais europeus), é uma das *ameaças globais à segurança*. No capítulo *Orientações Estratégicas para 2017*, (pp. 195 – 198) apresenta um conjunto de medidas aplicadas na União Europeia (UE). Das onze orientações estratégicas para a *Prevenção e Combate ao Terrorismo*, tivemos presente o *Reforçar as medidas de prevenção ao nível local, com pleno envolvimento de todos os atores relevantes e a vigilância de pontos sensíveis e de elevada concentração de pessoas*.

² No Domingo de Páscoa, enquanto se celebrava a missa, em três igrejas cristãs, situadas nas cidades de Batticaloa, Negombo e Colombo, bem como nos hotéis Shangri-La, Cinnamon Grand e Kingsbury, ocorreram ataques suicidas perpetrados por muçulmanos do Sri Lanka, pertencentes ao grupo islâmico National Thowheeth Jama'ath. Nas ações morreram cerca de 258 pessoas e mais de 500 ficaram feridas.

³ Observar TORRES (2019: pp. 48 – 52).

No quadro normativo do terrorismo observe-se as incorporações legislativas da UE na Lei Nacional. A Decisão-Quadro 2002/475/JAI do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa à luta contra o terrorismo; a Decisão-Quadro 2008/919/JAI do Conselho, de 28 de novembro de 2008, relativa à criminalização e incitamento público à prática, ao recrutamento e treino para o terrorismo; a Diretiva 2017/541, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017, relativa à previsão e punição dos atos e organizações terroristas; na Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, Lei de Combate ao Terrorismo, a qual, motivada pelo último dispositivo normativo da UE referido, sofreu a sua quinta alteração, com o incluso pela Lei n.º 16/2019, de 15 fevereiro.

No quadro normativo nacional é enformador da atividade policial a Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, Lei de Organização da Investigação Criminal e a Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, LSI.

No concerne a utilização de Armas de Fogo e Explosivos pelas Forças e Serviços de Segurança, atenda-se ao Decreto-Lei 457/99 de 5 de novembro.

Quanto à doutrina interna da PSP sobre os limites ao uso de meios coercivos, observe-se a Norma de Execução Permanente (NEP) OPSEG/DEPOP/01/05, de 1 junho 2004. No respeitante a gestão de um Incidente Tático Policial (ITP), a NEP DN/AUOOS/DO/01/11, de 5/1/2009, atendendo-se ao seu Anexo E – *ITP Com Atirador Ativo*, de 13/12/2012. Consideramos que, observando a sua especificidade, deve-se operar a devida evolução para a ação do agressor ativo.

1.6 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Um problema possui, na sua genética, uma questão para a qual se procura solução. Emerge do que nos causa desconforto perante o observado.

A PSP, tendo presente uma filosofia de risco, concentra o seu esforço de meios nos locais de maior afluência de gentes. A compreensível estratégia securitária coloca, na cidade de Lisboa, os seus esforços humanos, locomoção e infraestruturas de maior expressão.

No desempenho do comando da DPDSxl, observando o evento objeto, os meios disponíveis e a conjuntura securitária do Verão de 2017, problematizamos se teríamos legitimidade e capacidade de resposta em lidar com uma ação de terror praticada por um agressor ativo.

O quadro de terror que pretendemos delinear centra-se na possibilidade de um jovem esfaquear pessoas no recinto das Festas de Corroios.

Pelo exposto, revela a hodierna questão que, preteritamente, colocamos:

No ano de 2017, a DPDSxl tinha capacidade de resposta para suster, no momento inicial, uma ação de terror?

II MÉTODO

O método traduz o caminho científico, delineado com o objetivo de obter o conhecimento sustentado.

2.1 METODOLOGIA

O TIF assume a forma de artigo de natureza policial, vertente Estudo Empírico, sustentado numa metodologia descritiva.

O TIF possui um plano de abordagem, onde se verte o vivenciado e expressa uma atitude holística, pela observação: do ambiente; literatura de autores nas áreas da Sociologia, da Ciência Política e do Direito; do normativo legal internacional e nacional; trabalhos académicos; relatórios oficiais; artigos de jornal; e a consulta de lugares na *internet*.

Na mancha gráfica materializam-se os pressupostos: trabalho escrito, obedecendo a normativo próprio de apresentação definido pelo ISCPSP; temática de natureza policial, Incidentes Tático-Policial (tema 3); Citações de Autor e Referências Bibliográficas, de acordo com as normas da *American Psychological Association* (6.^a edição).

No anexo A encontrasse a autorização que permitiu ter acesso a informação classificada e confidencial. Devido à sua natureza, não se colocam em anexo os documentos consultados.

2.2 HIPÓTESE

A hipótese que pretendemos refutar ou confirmar é a seguinte:

Num mundo pleno de ameaças, onde o risco, como variável de dano no ambiente, é uma possibilidade constante, a PSP, na DPDSxl, podia nas Festas de Corroios de 2017, num primeiro nível de intervenção imediato, suster legitimamente uma ação de terror praticada por um agressor ativo.

2.3 PARTICIPANTES

Os participantes, do género feminino e masculino, na faixa etária compreendida entre os 23 e os 56 anos, foram o efetivo empregue no dispositivo policial, no qual nos incluímos num duplo desempenho (comando e observação).

2.4 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Na data, possuíamos como instrumento de recursos humanos, o Mapa de Pessoal; de meios auto disponíveis, o Mapa do estado das viaturas; de Inteligência, os Relatórios de Informações (RI); e o conhecimento do ocorrido em outros países.

2.5 PROCEDIMENTO

A elaboração da Ordem de Operações resultou das reuniões com a entidade organizadora do evento, da avaliação dos meios necessários, e da transmissão de diretivas ao Comandante do Policiamento.

A operacionalização da Ordem de Operações, processou-se com o desempenho das funções atribuídas ao dispositivo e por nós diretamente observada.

III INFORMAÇÃO

3.1 CONCEPTUALIZAÇÃO

As palavras chave do TIF são: Ação de Terror, Agressor Ativo e Ambiente.

3.1.1 AÇÃO DE TERROR

O conceito de ação de terror emerge da literatura sobre o fenómeno do terrorismo.

A ação de terror concretiza-se num único evento. É produto de valores e interesses individuais, com a intenção de concentrar as atenções sobre o sujeito.

O planeamento possui uma plataforma logística artesanal. O agressor tem acesso a informação, por regra, virtual, proveniente de várias fontes.

A ação não está conectada a uma facção terrorista, contudo, pela eventual dimensão obtida, pode por ela ser instrumentalizada.

A possibilidade de ocorrer é constante.

3.1.2 AGRESSOR ATIVO

O conceito de agressor ativo deve emergir da natural evolução do atirador ativo, referido no anexo E, de 13/12/2012, da NEP DN/AUOOS/DO/01/11, de 5/1/2009.

A sua caracterização difere no instrumento da ação, sendo substituída a arma de fogo, pela existência de um objeto (ou não), que permite provocar ferimentos ou a morte de terceiros.

O agressor ativo pode ser, em potência, qualquer pessoa. Na ação desenvolvida surpreende o ambiente. Não seleciona alvos e tem a intenção de ferir ou matar o maior número de pessoas.

3.1.3 AMBIENTE

O referencial de DAVID EASTON influencia-nos a referir que o ambiente é um dos elementos do *Sistema Político* e constitui o seu *limite*. É o elemento onde interagem as decisões operadas pelos decisores que integram a *Caixa Negra*, com as pressões e ações dos sujeitos que integram o ambiente (1968: pp. 90 – 110).

O ambiente é a superfície onde ocorre a interação de valores e ações. É o lugar onde ocorrem as Políticas Públicas e se observa o reflexo das mesmas sobre os sujeitos. O quadro onde se materializam decisões e, de retorno, se operam respostas. O local operativo da vida.

3.2 CONJUNTURA SECURITÁRIA INTERNACIONAL 2017

O semestre inicial de 2017 revelou-se profícuo na materialização de danos sobre as pessoas, provocando-lhes terror pelo visualizado nos órgãos de comunicação social, medo do que, em local e momento impossível de prever, com a utilização de meios comuns (viaturas ou objetos cortantes), lhes podia acontecer.

De entre outras ações referimos: 1 de janeiro, tiroteio numa discoteca, Istambul, Turquia (39 mortos, 69 feridos); 22 de março, ponte de Westminster, Londres, Reino Unido, veículo conduzido contra pessoas e esfaqueamento de um elemento policial (5 mortos); 03 de abril, metro de São Petersburgo, Rússia, rebentamento de objeto explosivo (11 mortos, 50 feridos); 7 de abril, veículo lançado contra pessoas, Rua Drottningatan, Estocolmo, Suécia (5 mortos, 15 ferido); 9 de abril, provocadas várias explosões em Igrejas do Egipto (43 mortos, 119 feridos); 22 de maio, exterior da Manchester Arena, Manchester, Reino Unido, após concerto de Ariana Grande, dupla explosão (22 mortos, 112 feridos); 03 de junho, atropelamentos na Ponte de Londres e esfaqueamentos no Mercado de Borough, Londres, Reino Unido (8 mortos, 48 feridos); 19 de junho, veículo lançado contra pessoas em Finsbury Park, Londres, Reino Unido (10 feridos).

3.2.1 RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA

Os RI analisados e referentes ao período que antecederam o evento, expuseram notícias que tinham de ser consideradas na equação do risco.

O RI sobre *Atividades Suspeitas de Terrorismo em solo Europeu*, síntese semanal, de 10 a 17 agosto de 2017, referia-se à detenção de dois indivíduos, em Balsameda e Madrid, ligados à divulgação de ideologia terrorista e propaganda em favor do Estado Islâmico.

O RI Especial, de 18 de agosto de 2017, remetia para o atropelamento deliberado de transeuntes ocorrido pelas 17h05, do dia anterior, nas Ramblas, Barcelona. A ação replicou-se às 01h30, de 18 agosto, em Cambrills. No local ocorreu confronto com a polícia, resultando na morte dos cinco ocupantes da viatura agressora. Comunicou-se a notícia do suspeito, de ter radicalizado os membros da célula que atacou em Barcelona e Cambrills, estar em fuga.

A propaganda *Jihadista*, na revista *Rumiyah*, nos números 3 e 9, forneceu instruções para a utilização de veículos pesados para a realização de atos terroristas.

O *Califado Digital* difundia notícias e formas de agir que as polícias não podiam descurar, de forma a obstar erros ao nível da análise de inteligência.

3.3 AMBIENTE DO CONCELHO DO SEIXAL

O território do Concelho do Seixal possui uma área de 95,50 km². Situa-se na Área Metropolitana de Lisboa e pertence ao Distrito de Setúbal. As suas fronteiras são limitadas a norte pelo estuário do rio Tejo, a Sul o Concelho de Sesimbra, a Este o Concelho do Barreiro e a Oeste o Concelho de Almada⁴.

O índice populacional revela o oitavo Concelho mais populoso de Portugal, 158.269 habitantes⁵ residentes, divididos pelos seguintes grupos etários: 0 aos 14 anos = 25.747 habitantes, 15 aos 24 anos = 17.229 habitantes, 25 aos 64 anos = 90.860 habitantes, igual ou mais de 65 anos = 24.433 habitantes.

A população estudantil (42.976), até ao final do secundário, estuda nas escolas locais (públicas ou privadas). No percurso universitário desloca-se para Setúbal, Almada, Lisboa ou outras localidades do país.

Os jovens desenvolvem um perfil multicultural, próprio de um Concelho de influências africanas, ocidentais, ciganas e asiáticas.

A matriz habitacional engloba bairros sociais, aglomerados de prédios urbanos e condomínios fechados.

A maioria da população residente labora na cidade de Lisboa. As deslocações operacionalizam-se por uma rede de transportes fluvial, ferroviária, metro de superfície, transporte rodoviário coletivo e individual. As redes viárias principais são a Nacional 10, Autoestrada 2 ou a Autoestrada 33, com ligações à Ponte 25 de Abril e Ponte Vasco da Gama.

O período de saturação de utilização da rede de transportes públicos ou redes viárias, ocorre em dois períodos. O matinal, entre as 07h00 e as 10h00, e o período da tarde, entre as 17h30 e as 20h00.

3.4 PERFIL DA DPDSXL

A DPDSxl, no período de três anos e dois meses, no qual desenvolvemos ação de comando, permitiu-nos ampliar conhecimentos ao nível dos recursos humanos, materiais, infraestruturais, interação com o poder municipal e parceiros sociais, e edificação de dispositivos policiais.

⁴ <https://www.visitarportugal.pt/distritos/d-setubal/c-seixal> consultado em 7 maio 2019.

⁵ Dados obtidos Censos 2011.

Os meses de julho e agosto de 2017, expressando a dinâmica própria do Concelho do Seixal, revelaram-se saturantes com as Festas do Seixal, da Arrentela, Torre da Marinha, da Amora, Festival Voa (evento musical de bandas alternativas de hard rock) e as Festas de Corroios.

3.4.1 A DIVISÃO

A DPDSxl, inaugurada em fevereiro de 2008, possui sob a sua responsabilidade a prestação de serviço operacional securitário na maior parcela de território do Concelho.

Dos 95.50 km² do Concelho do Seixal, abrange uma envolvimento territorial de 65.14 km² e, dos cerca de 158.269 habitantes, dá resposta directa a 155.911 habitantes fixos⁶.

A DPDSxl, no ano de 2017, possuía três Esquadras territoriais de competência genérica: Corroios (10.^a) com responsabilidade securitária da Junta de Freguesia de Corroios (área 17.01km² e 60.000 habitantes residentes); Cruz de Pau (9.^a) com responsabilidade securitária da Junta de Freguesia da Amora (área 24.04km² e 50.991 habitantes residentes); e Seixal (8.^a) com a responsabilidade securitária da Junta de Freguesia de Arrentela e Aldeia de Paio Pires (área 24.09km² e 44.920 habitantes residentes).

A funcionar no edifício sede, as Esquadras de competência específica e atuação ampla ao nível da área da DPDSxl, do Trânsito e de Intervenção e Fiscalização Policial (4 Equipas de Intervenção Rápida, Equipa de Fiscalização e Equipa de Mandados). Acrescente-se a Central Rádio, a Tesouraria, Posto de Atendimento ao Público, Secção de Escalas, Secção de Armas e Explosivos, Secretaria de Apoio Geral e a Secção de Operações e Informações.

A Esquadra de Investigação Criminal e a Secção de Logística laboravam em edifício autónomos, pertença da Câmara Municipal do Seixal. A DPDSxl está sedeadada num edifício de propriedade privada, contudo, o espaço envolvente, onde se encontra o seu parque automóvel, é propriedade camarária.

No ano de 2017, produto do labor do efetivo das suas subunidades, apresentou os seguintes registos: 389 ações de sensibilização junto do cliente externo, 3001 ocorrências criminais registadas, 9207 Autos de Notícia por Contraordenação no âmbito do Direito Rodoviário, 3731 pedidos externos, 679 detenções, e vários policiamentos de natureza sociocultural e desportiva sem constrangimentos para o cliente externo ou cliente interno.

⁶ Censos 2011.

A DPDSxl cumpriu integralmente todos os objetivos estrategicamente definidos pela Direção Nacional, o que contribuiu para a imagem positiva da PSP.

3.4.2 MAPA DE PESSOAL

A DPDSxl, em 2017, era constituída por 292 elementos distribuídos pelas subunidades e serviços, tendo 8 Oficiais, 28 Chefes, 253 Agentes e 3 civis.

3.4.3 ESTADO DA FROTA DE LOCOMOÇÃO

A DPDSxl, no período compreendido entre 12 e 31 de julho de 2017, tinha 34 viaturas auto distribuídas pelas suas subunidades.

Das viaturas referidas, em 12 de julho, encontravam-se 13 viaturas em oficina (21 operacionais), em 19 de julho, 10 em oficina (24 operacionais), e em 26 julho, 10 em oficina (24 operacionais).

IV O QUADRO

Motivado pela conjuntura securitária de 2017, tiveram lugar inúmeras reuniões, ao nível de direção superior e no nível intermédio de decisão, compelindo à idealização de medidas passivas de segurança dissimuladas nas urbes (exemplos: colocação de pilaretes, floreiras, barreiras decorativas ou perfis de betão). Pretendia-se mitigar ou, se possível, evitar a eventual ocorrência de uma ação de terror em Portugal.

Na observação das ações de terror, aquando do título *Conjuntura Securitária Internacional 2017*, verificamos a facilidade de obtenção de instrumentos comuns (viaturas e armas brancas) utilizados pelo(s) agressor(es).

Pelo exposto e decorrente da observação do ambiente securitário da DPDSxl, plena de atividades com grande índice de adesão populacional, foi nossa intenção observar o plasmado no RASI 2016. No nosso nível de intervenção, materializamos o *Reforçar as medidas de prevenção ao nível local, com pleno envolvimento de todos os atores relevantes e a vigilância de pontos sensíveis e de elevada concentração de pessoas*.

Por intermédio da sensibilização junto do poder autárquico, foi possível recorrer a mobiliário urbano que mitigasse um cenário de uma ação de terror utilizando viaturas, através da colocação de perfis de betão enviesados, em zonas de acesso e passagem aos locais dos eventos. Adotamos a sua utilização nas Festas do Seixal, Amora e do Avante. Não o fizemos nas Festas de Corroios, devido à rede que envolve todo o recinto.

4.1 FESTAS DE CORROIOS 2017

Na panóplia de eventos que ocorrem na área da DPDSxl, como reflexão da possibilidade da ocorrência de dano no ambiente, optamos pelas Festas Populares de Corroios.

Dos eventos anuais do Concelho, é o que reúne pressupostos que, eventualmente, podem motivar a tentativa de concretização de uma ação de terror. A referir:

- 42 anos de existência;
- evento de referência no Concelho do Seixal;
- até ao ano de 2017, não existiam registos de ações de terror;
- a realização anual, facilita o planeamento de uma ação de terror;
- cartaz de espetáculos constituído por artistas de prestígio nacional;
- os espetáculos são gratuitos (exceto um);
- existência de vários motivos de interesse (exposições, diversões e gastronomia);

acessibilidade facilitada pela rede de transportes públicos;
grande afluência de pessoas;
período de duração das festas (10 dias);
facilidade em observar a rotina do policiamento;
saturação do efetivo da DPDSxl.

4.1.1 A ORDEM DE OPERAÇÕES

A PSP, por intermédio da DPDSxl e subunidade Esquadra de Corroios, tinha presente a necessidade de contribuir para a imagem securitária que Portugal beneficiava internacionalmente.

A realização gratuita das festas, a proximidade das eleições autárquicas (01 outubro 2017), e as dificuldades próprias do recinto das festas, determinaram uma ação policial segundo padrões de intervenção, próprios das necessidades que emergessem do ambiente.

A Ordem de Operações não descurou a prevenção de atos ilícitos, a segurança das pessoas, a manutenção da ordem, a salubridade pública e, de forma adequada, observou as preocupações securitárias da conjuntura de 2017. Para o efeito, procedeu-se à avaliação do ambiente, de forma a adequar o dispositivo policial ao evento.

4.1.2 AVALIAÇÃO DO AMBIENTE

No hiato temporal compreendido entre os dias 18 e 27 de agosto de 2017, teve lugar a 42.^a edição das Festas Populares da Vila de Corroios. A avaliação do ambiente considerou a localização, ambiente psicológico, número de pessoas, origem e perfil do utente, horário e fragilidades.

A localização: no centro da vila, parque urbano da Quinta da Marialva, Avenida Vale de Milhaços, envolvida por uma forte mancha de prédios urbanos.

O ambiente psicológico: período de férias, caracterizado pelo comportamento descuidado próprio da época estival.

O número de pessoas: não existe uma fonte formal e institucional de contabilização. A estimativa resultou da observação diária realizada no preenchimento dos arruamentos nos sectores da alimentação, dos divertimentos, do comércio, das exposições e dos três palcos de espetáculos. Referimos que, diariamente, estiveram cerca de sete mil pessoas.

A origem do utente: residentes nos Concelhos do Seixal, Almada, Sesimbra, Setúbal e Lisboa.

O perfil do utente: abrange um espectro geracional e social alargado, descontraído, em modo de férias.

O horário: sábado das 17h00 às 01h30, domingo das 17h00 às 01h00, segunda a quinta feira das 20h00 às 01h00 e sexta feira das 20h00 às 01h30.

O horário de saturação diário: período compreendido entre as 20:00 e as 00:00, coincidindo com o período do jantar e dos espetáculos a decorrer no palco Carlos Paredes.

As Fragilidades:

- 5 entradas de acesso livre ao interior do recinto, sem controlo policial;
- Ruas constituídas por duas filas de atividade comercial, repletas de pessoas no período de saturação;
- 3 palcos de espetáculos, com eventos diários;
- Recinto do palco Carlos Paredes limitado por uma barreira natural, de terra e erva, com cerca de dez metros de altura, com difícil escoamento nas saídas;
- Concertos gratuitos, desprovidos de elementos policiais nas entradas, a controlar acessos (apenas no dia 26, concerto de Nelson Freitas, houve ingressos e controlo policial).

4.1.3 DISPOSITIVO POLICIAL

O dispositivo policial tinha como intenção obstar um ambiente de tensão securitária, sem descurar a conjuntura do período estival de 2017.

A sua materialização observou as plataformas de transporte público, as áreas de acesso rodoviário e pedonal.

A presença policial, de forma integrada, desenvolveu ações próprias de cada valência policial no exterior e interior do recinto.

No exterior do recinto:

A Brigada de Prevenção Criminal vigiava a área envolvente do recinto e informava para os canais de comunicação a existência de eventuais indivíduos suspeitos;

A Equipa de Intervenção Rápida, em função das informações transmitidas ou visualização de suspeitos, intercetava e procedia a revistas de segurança;

A Equipa de Trânsito desenvolvia ações de regularização, ordenação e fiscalização de viaturas. Os elementos estavam sensibilizados para informar os canais de comunicação, se observassem indivíduos referenciados ou viaturas suspeitas.

No policiamento à vila de Corroios, a subunidade local possuía uma viatura policial e respetiva tripulação, reforçada por dois elementos usando motociclos.

O interior do recinto, diariamente, dispunha de um dispositivo constituído por:

1 Oficial do posto de Subcomissário, comandante do policiamento, com a função de dispor e adequar os procedimentos dos elementos policiais, em função da plasticidade do ambiente;

2 Chefes com a função de enquadrar as equipas de Agentes, estabelecendo a ligação entre os setores onde se encontravam e o comandante do policiamento;

25 Agentes, oriundos dos serviços administrativos e das subunidades operacionais da DPDSxl, em patrulhamento apeado, constituindo equipas de dois elementos.

O dispositivo policial, de forma alternada e em função da disponibilidade operacional do CDStbl e da Unidade Especial de Polícia (UEP), foi reforçado por:

Equipas de Prevenção e Reação Imediata do CDStbl, com o objetivo de efetuar patrulhamento motorizado na área exterior ao recinto das festas;

Pela UEP, dois binómios do Grupo Cinotécnico, com o objetivo de realizar patrulhas coordenadas no interior do recinto e uma Equipa do Corpo de Intervenção (CI), como reserva, atuando por ativação do comandante do policiamento.

4.1.4 CARTAZ DAS FESTIVIDADES

No período das festividades, iniciando no dia 18 (6.ªfeira) e terminando no dia 27 de agosto (Domingo), estiveram presentes no palco Carlos Paredes: Capitão Fausto e Rua Direita (18), XXXIII Festival de Folclore de Corroios (19, participaram vários grupos folclóricos), Carlos Leitão (20, noite de fados), Remember Revival Band (21), Quim Barreiros (22), Moonspell (23), Diogo Piçarra (24), The Gift (25), Nelson Freitas (26) e GNR, seguido de espetáculo pirotécnico (27).

Os espetáculos tiveram uma afluência diversificada e elevada de espetadores.

4.1.5 INSTRUÇÕES

O comandante do policiamento esteve presente nas reuniões com a entidade organizadora, na avaliação do recinto e local dos espetáculos. Previamente, foi-lhe transmitida a informação dos RI e confirmado o seu conhecimento sobre o difundido acerca dos atos de terror praticados no contexto internacional.

A junção dos pressupostos referidos no segundo parágrafo, do título 4.1, com a avaliação do ambiente, no subtítulo 4.1.2, motivou a necessidade de considerar a possibilidade de ocorrer uma ação de terror. Pelo exposto, o comandante do policiamento foi instruído que:

A informação transmitida nos briefings diários, devia considerar o risco da possibilidade de ocorrer uma ação de dano no ambiente;

O patrulhamento, no interior e exterior do recinto, devia ser realizado em equipas de dois elementos;

A intervenção em ocorrências, tinha de ser previamente comunicada ao Chefe que enquadrava o setor;

Não podia ocorrer o isolamento de elementos policiais;

De forma a poder ter uma visão ampla, quer do recinto de espetáculos do palco Carlos Paredes, quer das áreas de divertimento, restauração e comércio, devia ser mantida uma equipa a percorrer o topo da barreira natural, em toda a sua extensão;

Nos espetáculos de maior afluência (Quim Barreiros, Moonspell, Diogo Piçarra, The Gift, Nelson Freitas e GNR), devia estar uma equipa nos bastidores do palco, observando o público.

4.2 QUADRO

A aceitação social do indivíduo que, pelo nível de educação familiar, escolar ou quase inexistência de oportunidades, pratica, reiteradamente, ações ilícitas, é comum. O espanto surge quando o sujeito possui oportunidades de vida, educação familiar e escolar de referência e, reiteradamente, pratica ações ilícitas. O, aparentemente, inexplicável causa desconforto.

A ação policial de manutenção ou reposição do ambiente é materializada de forma adequada, proporcional e necessária, com o devido respeito pelos valores humanistas. A PSP e os seus profissionais relacionam-se com os diversos atores sociais de forma positiva.

Pelo referido, motivado pela referência que os comportamentos desviantes, nem sempre tem origem em perfis, aparentemente, destrutturados e que, de igual forma, podem ser motivados pelo, aparente, sucesso, apresentamos o perfil do nosso agente agressor, a quem convencionamos chamar João.

4.2.1 João

O João é filho único de um matrimónio estável. Nasceu a 03 de fevereiro de 1994, reside com os pais num local de referência do Concelho do Seixal, é estudante universitário, finalista do curso de Relações Internacionais. Tem como interesses o comportamento das pessoas, o declínio e surgimento das civilizações e as religiões como

instrumento de controlo. Os seus pais, de formação académica superior, nutrem um enorme amor e orgulho por João.

Os seus hábitos de vida são próprios de um estudante universitário. O saudável, motivado pela prática de um desporto coletivo, e os normais excessos da vida académica. Tem uma vida social exterior normal, da qual faz parte uma namorada e um círculo de amigos, onde a troca de opiniões sobre o mundo que os rodeia é plena de positivas divergências.

Contudo, a sua vida interior diverge do revelado para o círculo familiar e de amizades. O nosso ator atento aos então acontecimentos que ocorreram em França, Alemanha, Espanha e Inglaterra, estava cansado de verificar que em Portugal nada acontecia.

4.2.2 MOTIVOS

O João tinha quatro motivos. Alterar a rotina, de quem faz sempre o que dele é esperado. Ficar na memória local, como o sujeito que confrontou a polícia. Observar o comportamento das multidões e a resposta da PSP local.

Para o efeito, idealizou um plano de confronto, a ter lugar num evento com expressão local, as Festas de Corroios.

4.2.3 PREPARAÇÃO

Durante os dias que antecederam a ação, João observou o comportamento das pessoas e as rotinas dos policiais. Antes do evento iniciar consultou o cartaz de espetáculos e, mercê da vivência das festas em anos anteriores, da banda rock GNR ir atuar no dia 27, coincidente com o espetáculo de fogo de artifício e consequente acrescido volume de pessoas, concluiu que a sua ação teria maior impacto no último dia.

Durante a sua observação verificou: o comportamento descuidado das pessoas, próprio do período estival; o controlo policial exterior, nas zonas de transportes públicos e acesso pedonal ao recinto; as equipas de patrulha em constante giro no interior do recinto; e duas equipas colocadas na elevação do recinto de espetáculos.

Constatou que: a entrada junto às representações do comércio local, era a menos observada; a zona de refeições era a menos vigiada; os polícias no topo da elevação, tomavam mais atenção ao que ocorria no interior da área dos concertos, do que na área de refeições, comércio e divertimento; e verificou que os polícias não passavam na zona de refeições.

A avaliação realizada, levou-o a optar por: adquirir uma faca de cerâmica, numa grande superfície comercial; usar a viatura pessoal; entrar no recinto das festas pela zona das representações de comércio local; e agir na área de refeições.

4.2.4 EXECUÇÃO

No dia 27 agosto 2017, pelas 21h45, João senta-se numa mesa coletiva da área de restauração, onde já se encontrava um grupo de jovens. De fácil relacionamento, interage com o grupo e integra-se em animada conversação. Paga uma rodada aos presentes e toma uma refeição acompanhada de algumas bebidas.

Pelas 22h30, levanta a camisa, retira a faca de porcelana que tinha presa entre o cinto e o corpo, grita: *Alá é grande, Morte aos infiéis*; e desfere um golpe mortal na jovem sentada ao seu lado, provocando o espanto e o terror dos presentes que começam a fugir em várias direções. Confiante continua a ação de terror e fere mais duas pessoas.

4.3 LEGITIMIDADE

As polícias têm presente o controlo das instituições democráticas sobre a legitimidade da atuação de natureza musculada. A limitação à legitimidade de atuação policial, braço forte da Administração do Estado, é expressa nos normativos legais.

A Constituição da República refere que não há liberdade sem segurança (número 2, Artigo 18.º e número 1, Artigo 27.º). A observação da segurança é balizada, entre outros, pelos princípios da proporcionalidade (número 2, Artigo 266.º) e necessidade (número 2, Artigo 272.º), sendo reforçado estes princípios no Artigo 7.º, do Código de Procedimento Administrativo, ao referir que, a relação da Administração Pública com os administrados, pauta-se pela adequação (número 1), pela necessidade e proporcionalidade (número 2), de novo referidos na LSI, número 2, Artigo 2.º, *Princípios Fundamentais*, referindo-se, concretamente, às medidas de polícia.

O Código Civil, no seu Artigo 337.º, *Legítima Defesa*, prevê a justificação de ato musculado proporcional, quando não é possível materializar um meio menos agressivo, com o objetivo de afastar uma agressão contrária à norma e que esteja a ocorrer contra pessoas. A figura jurídica referida é expressa como uma das causas que, no Artigo 32.º, do Código Penal, excluem a ilicitude e a culpa.

O Decreto-Lei 457/99, de 5 de novembro, *Utilização de armas de fogo e explosivos pelas forças e serviços de segurança*, no seu Artigo 2.º, tendo presente os princípios da proporcionalidade e necessidade, refere a admissibilidade de usar arma de fogo, como

último recurso e quando meios menos perigosos se tenham revelado ineficazes. O Artigo 3.º, tendo presente os princípios referidos, admite o recurso a arma de fogo contra pessoas, observando a devida advertência ao agressor (Artigo 4.º), quando o simples recurso seja ineficaz e, cumulativamente, uma das seguintes situações se verifique: *repelir agressão atual e ilícita dirigida contra terceiros ou agente, havendo perigo iminente de morte ou ofensa grave à integridade física; prevenir a prática de crime particularmente grave que ameace vidas humanas; e proceder à detenção de pessoa que represente essa ameaça e que resista à autoridade ou impedir a sua fuga*, sendo reforçado o controlo da utilização de meios coercivos nas alíneas b) e a), do número 1, do Artigo 34.º da LSI.

A NEP OPSEG/DEPOP/01/05, de 1/6/2004, regulamenta o *Uso de Meios Coercivos* na PSP, definindo os vários pressupostos a considerar para sustentar uma agressão atual e ilícita contra terceiros.

O quadro por nós idealizado, enquadra-se num Grau de Ameaça Elevado, a que, como resposta, corresponde um Nível de Força Elevando. Pelo exposto, se outro meio previsto se revelar ineficaz, é admissível o recurso ao meio coercivo de elevada potencialidade letal, efetivo contra pessoas, a arma de fogo. A sua utilização deve privilegiar zonas de menor perigosidade (os membros superiores ou inferiores do sujeito) e, em última instância, qualquer outra região corporal (elevada perigosidade).

A NEP DN/AUOOS/DO/01/11 de 5/1/2009, remete-nos para a *Gestão de ITP* e concreta filosofia de contenção, de forma a assegurar a intervenção das valências policiais integrada e coordenadamente, e materializar uma estratégia de desgaste do agressor.

Contudo, o Anexo E, de 13/12/2012, refere-se à especificidade de ITP com atirador ativo que, pela sua concreta natureza dinâmica e imprevisibilidade de ação do agressor, não se adequa ao modelo clássico de gestão de ITP. O Anexo permite a intervenção imediata e urgente, por quem se encontre ou chegue em primeiro ao local da agressão, por forma a neutralizar com eficácia o agressor.

A previsão do atirador ativo, devido à então possibilidade verificada, de utilização de meios de fácil aquisição, deve permitir a natural evolução para a concetualização do agressor ativo, enquanto filosofia operacional. A materialização de um anexo próprio, expressa doutrina escrita e reforça a legitimidade da atuação policial na proteção imediata do bem superior, a integridade física e a vida humana.

Os referenciais normativos observados, permitem e legitimam a atuação tática, de imediata intervenção, dos elementos que integravam o dispositivo policial das Festas de

Corroios. A ação sobre um eventual agressor ativo, recorrendo, se necessário, à arma de fogo, sustendo e neutralizando com eficácia a ação de terror, é legal.

4.3.1 REAÇÃO

A reação policial é uma decisão adequada, proporcional e necessária. A resposta aos estímulos do ambiente traduz o somatório dos conhecimentos adquiridos no plano do saber / saber (académicos), com a experiência adquirida na participação de policiamentos de natureza distinta e na avaliação do observado (plano do saber / fazer).

Observe-se a seguinte fórmula:

$$\text{Decisão} = \text{Conhecimentos} + \text{Experiência} + \text{Avaliação}.$$

A sua explicitação revela a imperiosa necessidade de decidir, para lidar com a plasticidade do ambiente, cujo desfecho tem subjacente o caráter volitivo de suster danos sobre as pessoas.

4.3.2 DESFECHO

A possibilidade de ocorrer uma ação de terror, como a delineada no quadro explicitado, comunicada nos canais de difusão, causaria a deslocação simultânea dos elementos do dispositivo policial para a zona de restauração, motivados pelo voluntarismo e urgência em auxiliar as vítimas.

A primeira ação a ter lugar devia ser a imediata intervenção do Oficial que assumisse o comando da intervenção policial. Caso estivesse presente o comandante da DPDSxl deveria ser ele a coordenar, no imediato, as ações a desenvolver. Na sua ausência, o comandante do policiamento.

Independentemente do sujeito a assumir a função de comando, assim que possível e com oportunidade, deveria dar notícia do que se estava a passar à hierarquia.

No quadro delineado, o Oficial responsável devia, via rádio, dar indicações ao dispositivo que iria proceder a atribuições de ação, pelo que todo o dispositivo devia ficar atento às ordens que iriam ser transmitidas:

1.º Questionar as equipas que se encontravam no topo da elevação se, primeiro, descortinavam e confirmavam a localização do agressor. Segundo, se verificavam outras ações a ocorrer no interior do recinto;

2.º De forma a envolver e intercepar o agente agressor, dar indicações à equipa do CI do que estava a ocorrer e para se deslocar para a área de restauração;

3.º Na sequência do transmitido, determinar que os Chefes enquadrassem as equipas apeadas existentes no interior do recinto, para se deslocarem para a área envolvente da área de refeições, de forma a facilitar a fuga dos ilesos e impedir a entrada de terceiros na área de risco;

4.º Dar indicações aos elementos colocados no exterior para observar as imediações, perscrutando a possibilidade de algo mais estar a ocorrer. Em simultâneo determinar aos elementos do trânsito para estabelecer um corredor de emergência, a usar na deslocação das viaturas de assistência médica.

Os elementos de patrulha no topo da elevação transmitem que verificam a fuga de pessoas para o exterior da área de restauração e que o agressor ativo se encontrava na área.

A equipa do CI, ao chegar ao local, deteta uma jovem inanimada no solo junto a uma mesa, dois jovens feridos, escondidos atrás de um caixote de lixo, e o agressor ativo com a faca na mão a tentar ferir outras pessoas.

O Oficial responsável chega junto da equipa do CI e, observando a necessidade de intervir imediatamente, determina a ação sobre o agressor ativo.

O desfecho pode assumir, entre outros, pelo menos um dos três a referir:

O agressor ativo, ao ser confrontado pela força policial e ordens transmitidas, cessa a ação de terror e entrega-se;

O agressor ativo não colabora com a força policial, sustem a intenção de ferir terceiros e, lançando a faca para o solo, tenta fugir;

O agressor ativo não obedece às ordens transmitidas, continua a tentar ferir pessoas. Não o conseguindo, enfrenta os elementos da equipa do CI, tentando-os ferir. O Oficial presente determina que se faça a utilização da arma de fogo contra o indivíduo.

Após o desenvolvimento de todos os procedimentos operacionais e de auxílio tidos no local, teria lugar a elaboração dos necessários relatórios, de forma a intervenção policial ser avaliada pelas instituições democráticas.

V CONCLUSÃO

Os eventos que enformavam a conjuntura securitária internacional no Verão de 2017; os RI; a proximidade do ocorrido em Espanha; o facto de, até à data, não ter ocorrido um ato de terror em Portugal; a facilidade de aquisição de instrumentos de agressão; e a possibilidade de, mimeticamente, um agressor ativo querer concentrar sobre si as atenções; compeliu-nos a colocar na equação do risco, a possibilidade de ocorrer uma ação de terror no ambiente nacional.

A possibilidade considerada, foi motivo de reflexão sobre: a constituição do dispositivo policial; as orientações transmitidas; a disposição dos meios humanos; e a legitimidade de atuação na presença de um agressor ativo. Os objetivos de reflexão foram explicitados no texto.

No concerne a hodierna questão que, preteritamente, colocamos:

No ano de 2017, a DPDSxl tinha capacidade de resposta para suster, no momento inicial, uma ação de terror?

Referimos que, na data, a DPDSxl tinha efetivo e meios de locomoção, para lidar com a plasticidade do ambiente. O dispositivo empregue nas Festas de Corroios era adequado, estava esclarecido e motivado para lidar com os constrangimentos que emergissem do ambiente.

Os procedimentos táticos efetivamente empregues, apresentaram como resultado um saldo positivo de zero ocorrências registadas nas Festas de Corroios 2017.

Pelo exposto, confirmamos a Hipótese apresentada:

Num mundo pleno de ameaças, onde o risco, como variável de dano no ambiente, é uma possibilidade constante, a PSP, na DPDSxl, podia nas Festas de Corroios de 2017, num primeiro nível de intervenção imediato, suster legitimamente uma ação de terror, praticada por um agressor ativo.

5.1 TEMA EM ABERTO

O tema apresentado, constitui uma narrativa aberta motivado:
pela dinâmica do ambiente;
a continua reflexão, sobre a forma judiciosa de empregar meios humanos em conjunturas securitárias adversas;
a evolução natural dos modelos de policiamento;
a necessidade de avaliar o nível de confiança do cliente interno, em lidar com uma ação de terror;
e a necessidade de projetar na tela do fator X, a possibilidade de ocorrer uma ação de terror, praticada por um agressor ativo.

As razões apresentadas, constituem motivo de interesse, para um maior desenvolvimento da temática apresentada.

5.2 SUGESTÕES

Como nota final apresentamos quatro sugestões:
Elaboração de um anexo à NEP de gestão de ITP, versando a temática do agressor ativo;
Nas Festas de Corroios, considerar no Sistema Estratégico de Informação, a opção Grande Evento, de forma a serem associadas todas ocorrências relacionadas;
Sensibilizar a entidade organizadora do evento, da pertinência em alterar a configuração da barreira natural que envolve o recinto do palco Carlos Paredes, com socialcos e lugares sentados, servidos por corredores que permitam escoar facilmente o público;
Considerar a presença policial nas 5 entradas do recinto das festas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, D. F. (2012). *História do Pensamento Político Ocidental*. Coimbra: Almedina.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (Metodologia APA, 6a edi.), in c3icongresso2013.web.ua.pt, consultado em 18 de março 2019.

ANTÓNIO, N. S. (2015). *Estratégia Organizacional – Do Posicionamento ao Movimento* (3a ed.). Lisboa: Sílabo.

AZEVEDO, M. (2004). *Tese, Relatórios e Trabalhos Escolares - Sugestões para Estruturação da Escrita*, (4a ed.). Lisboa: Universidade Católica.

BATALHA, L. (2005). *Antropologia, Uma Perspectiva Holística*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

BOBBIO, N. (2000). *Teoria Geral da Política, A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos* (20a ed). Rio de Janeiro: Elsevier.

BRANDÃO, A. P. & OLIVEIRA, D. F. (2010). “A Centralidade da Cooperação Policial e Judiciária em Matéria Penal na Luta Antiterrorista Europeia”. In *A União Europeia e o Terrorismo Transnacional*, BRANDÃO, A. P. (coord.), Coimbra: Almedina, pp. 97 - 117.

BRANDÃO, A. P. (2010). “A Security Actorness Europeia e o Terrorismo Transnacional”. In *A União Europeia e o Terrorismo Transnacional*, BRANDÃO, A. P. (coord.), Coimbra: Almedina, pp. 9 - 42.

BRANDÃO, A. P. (2011). “Dinâmicas transnacionais e securitizadoras: o efeito amplificador do 11/09”. In *A Luta Contra o Terrorismo Transnacional, Contributos para uma Reflexão*, BRANDÃO, A. P. (coord.), Coimbra: Almedina, pp. 11 - 27.

- CAETANO, M.** (1996). *Princípios Fundamentais do Direito Administrativo*. Coimbra: Almedina.
- CANOTILHO, J. J. G. & MOREIRA, V.** (2014). *Constituição da República Portuguesa Anotada* (4a ed) – I e II Volume. Coimbra: Coimbra Editora.
- CARDIM, M.**. *Implementação de Políticas Públicas: Do Discurso às Práticas*. Tese de Doutoramento, 2006, Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, Portugal.
- CARDOSO, P.** (2004). *As informações em Portugal* (2a ed.). Lisboa: Gradiva.
- CLEMENTE, P. J. L.**. *Da Polícia de Ordem Pública*, Dissertação de Mestrado em Estratégia, 1996, Governo Civil do Distrito de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- CLEMENTE, P. J. L.**. *A Polícia em Portugal – Da Dimensão Política Contemporânea da Seguridade Pública*, Tese de Doutoramento, 2000, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, Portugal.
- CLEMENTE, P. J. L.** (2016). *Ética Policial – da eticidade da coacção policial*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- CORREIA, E. P. & DUQUE, R. S.** (2011). “*O Poder Político e a Emergência das Políticas Públicas de Segurança*”. In *Revista Politeia*, ano VIII, Coimbra: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, pp. 39 - 49.
- DAVIDOFF, L.** (1983). *Introdução à Psicologia*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Decisão-Quadro 2002/475/JAI** do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa à luta contra o terrorismo. Jornal Oficial n.º L 164, 22 de junho de 2002.
- Decisão-Quadro 2008/919/JAI** do Conselho, de 28 de novembro de 2008, relativa à criminalização e incitamento público à prática, ao recrutamento e treino para o terrorismo. Jornal Oficial n.º L 330, 9 de dezembro de 2008.

Decreto-Lei n.º 457/1999, de 5 de novembro (Utilização de Armas de Fogo e Explosivos pelas Forças e Serviços de Segurança). *Diário da República n.º 258 /1999 - I Série*. Ministério da Administração Interna.

Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro (Estatuto Profissional do Pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública). *Diário da República n.º 204 /2015 - I Série*. Ministério da Administração Interna.

Deliberação (extrato) n.º 1499/2011, de 12 de agosto (Regulamento do Curso de Mestrado em Ciências Policiais). *Diário da República n.º 155/2011 – II Série*.

Despacho n.º 20/GDN/2009, de 15 de dezembro (Organização das Unidades e Subunidades da PSP). Polícia de Segurança Pública.

Despacho n.º 1/GDN/2019, de 23 de janeiro (Regulamento Curso Comando e Direção Policial). Polícia de Segurança Pública.

DIAS, H. V. (2012). *Metamorfoses da Polícia – Novos Paradigmas de Segurança e Liberdade*. Coimbra: Almedina.

DIAS, M. G. (2006). “*Segurança Interna*”. In *II Colóquio de Segurança Interna*, VALENTE, M. M. G. (coord.), Coimbra: Almedina, pp. 13 – 34.

Diretiva 2017/541 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017, relativa à luta contra o terrorismo, substitui Decisão-Quadro 2002/475/JAI do Conselho e altera a Decisão 2005/671/JAI do Conselho. *Jornal Oficial n.º L 88/6*, 31 março 2017.

DURO, D. G.. *O Imigrante no Contexto Policial – uma proposta de interação institucional*. Tese de Licenciatura em Ciências Policiais, do Curso de Formação de Oficiais de Polícia, 2006, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna/Polícia de Segurança Pública, Lisboa, Portugal.

- DURO, D. G..** *Segurança Interna uma leitura na primeira pessoa do plural*. Dissertação de Mestrado Não Integrado em Ciências Policiais, Especialidade em Segurança Interna, 2014, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna / Polícia de Segurança Pública, Lisboa, Portugal.
- EASTON, D.** (1968). *Uma Teoria de Análise Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- ECO, U.** (1991). *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas* (5a ed.). Lisboa: Presença.
- FERNANDES, L. F. & VALENTE, M. M. G.** (2005). *Segurança Interna, Reflexões e Legislação*. Coimbra: Almedina.
- FERNANDES, L. F.** *A Sociedade de Risco e a Liquidificação da Segurança*, Lisboa, trabalho no âmbito do II Curso de Direção e Estratégia Policial, 2006, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna/Polícia de Segurança Pública, Lisboa, Portugal.
- FERNANDES, L. F.** (2011). “O Terrorismo na Era da Incerteza”. In *A Luta Contra o Terrorismo Transnacional, Contributos para uma Reflexão*, BRANDÃO, A. P. (coord.), Coimbra: Almedina, pp. 30 - 64.
- FERNANDES, L. F..** (2014). *Intelligence e Segurança Interna*. Lisboa: ISCPSI.
- GORDAN, R.** (1997, janeiro). “Saving Failed States: Sometimes a Neocolonialist Notion”. In *American University International Law Review*, XII Volume, Issue 6, pp. 903 – 974.
- ISO 9001:2015**, publicada em 22 setembro 2015, Risk-based thinking.
- JOHNSON, L. K.** (2007). *Handbook of intelligence studies*. New York: Routledge.
- KANT, I.** (1988). *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Lisboa: Edições 70.

- KANT, I.** (2008). *Vida, pensamento e obra*. X volume da Coleção Grandes Pensadores, Espanha: Público.
- LAUDON, K., e LAUDON, J.** (2012). *Management Information Systems – Managin the Digital Firm* (12a ed.). Harlow: Pearson.
- LEANDRO, G.** (2004). *Uma visão militar sobre o terrorismo*. In *Terrorismo*, MOREIRA, A. (coord.), Coimbra: Almedina pp.323 – 373.
- Lei n.º 52/2003**, de 22 de agosto (Lei de Combate ao Terrorismo). *Diário da República n.º 193 /2003 - I Série - A*. Assembleia da República.
- Lei n.º 53/2007**, de 31 de agosto (Lei Orgânica da PSP). *Diário da República n.º 168 /2007 - I Série*. Assembleia da República.
- Lei n.º 49/2008**, de 27 de agosto (Lei de Organização da Investigação Criminal). *Diário da República n.º 165/2008 - I Série*. Assembleia da República.
- Lei n.º 53/2008**, de 29 de agosto (Lei de Segurança Interna). *Diário da República n.º 167 /2008 - I Série*. Assembleia da República.
- Lei n.º 17/2011**, de 3 de maio (referente à criminalização do incitamento público à prática de infrações terroristas, o recrutamento para o terrorismo e o treino para o terrorismo). *Diário da República n.º 85 /2011 - I Série*. Assembleia da República.
- Lei n.º 16/2019**, de 14 fevereiro (5.^a alteração à Lei n.º 52/2003, de 22 agosto - Lei de combate ao terrorismo -, transpõe a Diretiva (UE) 2017/541, do Parlamento e do Conselho, de 15 de março 2017). *Diário da República n.º 32/2019 - I Série*. Assembleia da República.
- LIMA, A. M., MARTINEZ, B. & JOÃO FILHO, L.** (1987). *Introdução à Antropologia Cultural* (7a ed.). Lisboa: Presença.
- LING, T.** (2005). *História das Religiões* (2a ed.). Barcarena: Presença.

- MARQUES, A. & ELIAS, L.** (2012). *“Here be Dragons”: Novos Conceitos de Segurança e o Mundo Contemporâneo* in Eduardo Pereira Correia e Raquel dos Santos Duque (coord.), *O Poder Político e a Segurança*. Lisboa: Fonte da Palavra, pp. 27 – 57.
- MARR, A.** (2014). *História do Mundo*. Lisboa: Texto.
- MARTINS, B. O. & FERREIRA-PEREIRA, L. C.** (2011). *“A Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia e a Luta Contra o Terrorismo: Génese e Evolução de um Novo Nexo”*. In *A Luta Contra o Terrorismo Transnacional, Contributos para uma Reflexão*, BRANDÃO, A. P. (coord.), Coimbra: Almedina, pp. 97 -120.
- MARTINS, B. O.** (2011). *“A Abordagem Europeia do Terrorismo no Tratado de Lisboa”*. In *A Luta Contra o Terrorismo Transnacional, Contributos para uma Reflexão*, BRANDÃO, A. P. (coord.), Coimbra: Almedina, pp. 121 - 144.
- MATOS, H. J. de** (2011). *“E Depois de Bin Laden? Implicações estratégicas no fenómeno terrorista internacional. Uma reflexão”*. In *Revista Politeia*, ano VIII, Coimbra: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, pp. 9 - 38.
- MATOS, H. J. de** (2019). *“Requiem Para o “Estado Islâmico”? Jihadismo na Europa – Infiltração, Dissimulação e Engano no Planeamento de Ataques Terroristas”*. In *Perspectivas do Terrorismo Transnacional Contemporâneo*, FAGUNDES, C. F. F., LASMAR, J. M., e CHUY, J. F. M. (orgs), Belo Horizonte: Arraes, pp. 37 - 65.
- MIRANDA, J.** (2003). *Estudos de Direito de Polícia – Seminário de Direito Administrativo de 2001/2002, I e II Volume*. Lisboa: Associação Académica da faculdade de Direito de Lisboa.
- MOREIRA, A.** (2004). *“Insegurança sem Fronteiras: o Martírio dos Inocentes”*. In *Terrorismo*, MOREIRA, A. (coord.), Coimbra: Almedina pp. 121 – 149.
- MOREIRA, A.** (2012). *Ciência Política* (5a ed.). Coimbra: Almedina.

MORGAN, C. T. (1977). *Introdução à Psicologia*. São Paulo: McGraw-Hill.

NEVES, A. C. (2012). *O Direito Hoje e com que Sentido?* (3a ed.). Lisboa: Instituto Piaget.

NEVES, J. C. (2003). *O Que é a Economia?* (2a ed.). Cascais: Principia.

Norma de Execução Permanente n.º OPSEG/DEPOP/01/05, de 1 de junho 2004 (Uso de Meios Coercivos na PSP). Polícia de Segurança Pública.

Norma de Execução Permanente n.º DN/AUOOS/DO/01/11, de 5 de janeiro 2009 (Gestão de Incidentes Tático Policiais) e seu **Anexo E** de 13 de dezembro 2012 (Gestão de Incidentes Tático Policiais com Atirador Ativo). Polícia de Segurança Pública.

NYE, J. S. Jr. (2011). *Compreender os Conflitos Internacionais – uma introdução à teoria e à história* (2a ed.). Lisboa: Gradiva.

OVERY, R. (2012). *20 Century – A Visual Guide to Events That Shaped the World*. Hong Kong: Penguin.

PASQUINO, G. (2010). *Curso de Ciência Política* (2a ed.). Cascais: Principia.

PHYTHIAN, M. (2013). *Understanding the Intelligence Cycle*. Abingdon: Routledge.

POJMAN, L. P. (2007). *Terrorismo, Direitos Humanos e a Apologia do Governo Mundial*. Lisboa: Bizâncio.

RAPOPORT, D. C. (2004). “*The Four Waves of Modern Terrorism*”. In *Attacking Terrorism. Elements of a Grand Strategy*, CRONIN, A. K. & LUDS, J. M. (ed.), Washington: George Town University Press, pp. 46 - 73.

RAPOSO, J. (2006). *Direito Policial Tomo I – Introdução, Noções Fundamentais, A Polícia em Sentido Institucional*. Coimbra: Almedina.

Relatório Anual de Segurança Interna 2016, www.portugal.gov.pt, consultado em 8 de maio 2019.

ROGEIRO, N. (2004). *O novo terrorismo internacional como desafio emergente de segurança – Novas e velhas dimensões de um conceito problemático*. In *Terrorismo*, MOREIRA, A. (coord.), Coimbra: Almedina pp. 479 – 494.

ROWLAND, R. (1987). *Antropologia, História e Diferença – Alguns Aspectos* (2a edi.). Porto: Afrontamento.

SARMENTO, C. M. (2007). *Políticas de Segurança na Sociedade Contemporânea – Lição Inaugural do Ano Letivo 2007/2008*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

SARMENTO, C. M. (2009). *Política & Segurança – Novas Configurações do Poder*. Lisboa: Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.

SARMENTO, C. M. (2012). *Prefácio* in Eduardo Pereira Correia e Raquel dos Santos Duque (coord.), *O Poder Político e a Segurança*. Lisboa: Fonte da Palavra, pp. 7 – 9.

SOARES, F. M. da S.. (2018). *A Radicalização Salafista-Jihadista na Europa. O Caso dos Imigrantes Muçulmanos de Segunda e Terceira Geração* (2a ed.). Lisboa: ISCPSI.

SCHMID, A. P. (2011). *Handbook of Terrorism Research*. London: Routledge.

SILVA, G. M. da. (2001). *Ética Policial e Sociedade Democrática*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

SILVA, T. A. (2011). *Islão e Fundamentalismo Islâmico das Origens ao Século XXI*. Lisboa: Pactor.

- TORRES, A.** (2004). *Terrorismo: o apocalipse da Razão? (islamismo político, sociedade, economia)* in Adriano Moreira (coord.), *Terrorismo*. Coimbra: Almedina pp. 15 – 120.
- TORRES, J. E. M.** (2007). *Terrorismo Islâmico: Gestão dos Riscos para a Segurança Nacional*. Monografia, do Curso de Direção e Estratégia Policial, 2007, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna/Polícia de Segurança Pública, Lisboa, Portugal.
- TORRES, J. E. M.** (2015). *Gestão de Riscos. No Planeamento, Execução e Auditoria de Segurança*. Lisboa: ISCPSI.
- TORRES, J. E. M.** (2017). *Dívida Pública e Soberania Nacional*. Lisboa: ISCPSI.
- TORRES, J. E. M.** (2019). *Economia da Segurança. Contas Públicas e Grandes Opções de Segurança Interna: breves reflexões*. Lisboa: ISCPSI.
- VALENTE, M. M. G.** (2012). *Teoria Geral do Direito Policial* (3a ed.). Coimbra: Almedina.
- VALENTE, M. M. G.** (2013). *Segurança Um Tópico Jurídico em Reconstrução*. Lisboa: Âncora Editora.
- VALENTE, M. M. G.** (2013). *Do Ministério Público e da Polícia, Prevenção Criminal e Acção Penal como Execução de uma Política Criminal do Ser Humano*. Lisboa: Universidade Católica.
- WARNER, M.** (2002). “*Sources and methods for the study of intelligence*”, *Studies in Intelligence*, Vol. 6, n. ° 3, 2002. pp. 17-27.
- ZAFÓN, C. R.** (2014). *A Sombra do Vento* (24a ed.). Alfragide: Dom Quixote.

ZIEGLER, J. (1999). *Os senhores do crime – as novas máfias contra a democracia*.
Lisboa: Terramar.

FECHO

Com as presentes linhas concluímos o TIF, subordinado ao tema: *A Pretérita Capacidade de Resposta da Divisão Policial Destacada do Seixal a uma Ação de Terror*, o qual sujeitamos a lume e a doura apreciação, a fim de ser avaliado.

Almada, 11 julho 2019.

Dino Gonçalves Duro

Comissário

Aluno do III Curso de Comando e Direção Policial

Turma C

ANEXO A

